

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	59.387	40.428
Concessionárias	4	49.729	38.001
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5	468	
Outros tributos compensáveis	5	12.938	15.405
Outros créditos	9	1.836	110
Total do Ativo Circulante		124.358	93.944
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5	2.693	2.577
Outros tributos compensáveis	5	24.327	29.378
Tributos diferidos	6	50.524	43.593
Cauções e depósitos vinculados	8	32.175	30.170
Outros créditos	9	335	
		110.054	105.718
Imobilizado	10	1.255.604	1.295.598
Intangível	11	13.459	15.056
		1.269.063	1.310.654
Total do Ativo Não circulante		1.379.117	1.416.372
TOTAL DO ATIVO		1.503.475	1.510.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2018	2017
Receitas	18	154.846	131.349
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(57.224)	(26.334)
Custo de operação		(55.120)	(54.205)
		(112.344)	(80.539)
Lucro bruto		42.502	50.810
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(2.991)	(3.870)
Outras despesas e receitas operacionais		13.365	(317)
		10.374	(4.187)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		52.876	46.623
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		6.834	1.859
Despesas financeiras		(80.143)	(82.116)
		(73.309)	(80.257)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(20.433)	(33.634)
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.931	11.210
		6.931	11.210
Prejuízo do exercício		(13.502)	(22.424)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações) ON		(0,01855)	(0,03576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2018	2017
Prejuízo do exercício	(13.502)	(22.424)
Resultado abrangente do exercício	(13.502)	(22.424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2018	2017
Geração do valor adicionado	183.760	157.109
Receita operacional	178.231	151.507
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.521	5.602
Outras receitas	8	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(63.781)	(44.465)
Custos da energia comprada	(45.792)	(10.860)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.238)	(18.148)
Materiais	(1.863)	(4.145)
Serviços de terceiros	(8.791)	(7.521)
Outros custos operacionais	9.903	(3.791)
Valor adicionado bruto	119.979	112.644
Retenções		
Depreciações e amortizações	(45.569)	(44.045)
Valor adicionado líquido produzido	74.410	68.599
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.221	1.980
Valor adicionado total a distribuir	81.631	70.579
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.930	3.230
Benefícios	524	519
FGTS	189	234
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	11.078	6.502
Estaduais	119	201
Municipais	8	1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	80.143	82.116
Aluguéis	142	200
	95.133	93.003
Prejuízo do exercício	(13.502)	(22.424)
	81.631	70.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
 A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).
 A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
1.1 Concessão
 A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão
	(MW)	(MWh)	Início
	219,00	129,70	29/05/2013
			Término
			29/05/2048

 O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7 MWh foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$95,31 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2018, o preço atualizado do contrato é de R\$130,07 por MWh. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
 As 3 Unidades Geradoras da Companhia, cada uma com capacidade instalada de 73 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.
1.1.1 Uso do bem público - UBP
 A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$658, atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$912, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$11.790 (R\$11.452 em 31 de dezembro de 2017) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- Base de preparação**
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
 A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma informação material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
 A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	20.318	10.144
Outros tributos a recolher	5	695	290
Debêntures	13	13.440	6.128
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	34.170	31.255
Uso do bem público	15	893	864
Provisões	16	16.096	18.094
Outras contas a pagar	9	2.403	10.060
Total do Passivo Circulante		88.015	76.844
Não circulante			
Tributos diferidos	6	24	
Debêntures	13	212.751	216.828
Empréstimos e financiamentos	14	541.248	552.769
Uso do bem público	15	10.897	10.588
Provisões	16	20.434	9.916
Outras contas a pagar	9	636	399
		785.990	790.500
Total do Passivo Não circulante			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(99.130)	(85.628)
Total do Patrimônio líquido		629.470	642.972
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.503.475	1.510.316

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(20.433)	(33.634)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		24	
Depreciações e amortizações		45.569	44.045
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.437	2.734
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		75.119	78.863
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.243	1.087
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		12.234	823
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		2.203	729
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		630	555
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.418)	(435)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(116)	(187)
		115.492	94.580
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(11.728)	(29.265)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(45)
Outros tributos compensáveis		(9.323)	(5.501)
Cauções e depósitos vinculados		164	(1.315)
Outros ativos operacionais		(2.061)	74
		(22.948)	(36.052)

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	10.174	(26.700)
Outros tributos a recolher	17.246	14.106
Provisões	(6.277)	(8.266)
Uso do bem público	(905)	(875)
Outros passivos operacionais	(8.059)	(1.295)
	12.179	(23.030)

Caixa proveniente das atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos	104.723	35.498
	(468)	
	104.255	35.498

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(5.055)	(4.648)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.055)	(4.648)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Cauções e depósitos vinculados	249	(26.212)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		57.785
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.655)	(14.172)
Pagamentos de encargos de dívidas	(59.835)	(16.169)
	24.1	(80.241)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		1.232
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		18.959
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		59.387
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		40.428
		18.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	627.601	(63.204)	564.397
Aumento de capital - AGE de 27/12/2017	100.999		100.999
Prejuízo do exercício		(22.424)	(22.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	728.600	(85.628)	642.972
Saldos em 31 de dezembro de 2017	728.600	(85.628)	642.972
Prejuízo do exercício		(13.502)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	728.600	(99.130)	629.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 16.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

O teste de recuperabilidade dos ativos é determinado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

10.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2018				31/12/2017			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	84.082	(6.913)	77.169	3,12	83.684	(4.274)	79.410
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	404.491	(33.284)	371.207	3,09	404.491	(20.779)	383.712
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	321.016	(26.990)	294.026	3,16	319.759	(16.833)	302.926
Máquinas e equipamentos	3,28	558.343	(46.853)	511.490	3,28	556.144	(28.601)	527.543
Veículos	14,29	1.718	(674)	1.044	14,29	1.058	(507)	551
Móveis e utensílios	6,25	409	(31)	378	6,25	409	(6)	403
		1.370.059	(114.745)	1.255.314		1.365.545	(71.000)	1.294.545
Administração								
Máquinas e equipamentos	6,25	21	(2)	19	6,25	21	(1)	20
		21	(2)	19		21	(1)	20
Total do Imobilizado em serviço		1.370.080	(114.747)	1.255.333		1.365.566	(71.001)	1.294.565
Imobilizado em curso								
Geração		185		185		1.033		1.033
Administração		86		86		-		-
Total do Imobilizado em curso		271	-	271		1.033	-	1.033
Total Imobilizado		1.370.351	(114.747)	1.255.604		1.366.599	(71.001)	1.295.598

10.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2018
	Imobilizado em serviço						
Terrenos	79.410	-	398	(2.639)	-	-	77.169
Reservatórios, barragens e adutoras	383.712	-	-	(12.505)	-	-	371.207
Edificações, obras civis e benfeitorias	302.926	-	1.257	(10.157)	-	-	294.026
Máquinas e equipamentos	527.563	-	2.199	(18.253)	-	-	511.509
Veículos	551	-	794	(258)	(43)	-	1.044
Móveis e utensílios	403	-	378	(25)	-	-	378
Total do Imobilizado em serviço	1.294.565	-	4.648	(43.837)	(43)	-	1.255.333
Imobilizado em curso							
Terrenos	-	398	(398)	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	975	(1.257)	-	-	282	-
Máquinas e equipamentos	-	1.575	(2.199)	-	-	710	86
A reatear	-	1.957	-	-	(1.394)	(563)	-
Outros	1.033	375	(794)	-	-	(429)	185
Total do Imobilizado em curso	1.033	5.280	(4.648)	-	(1.394)	-	271
Total do Imobilizado	1.295.598	5.280	-	(43.837)	(1.437)	-	1.255.604

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2018				31/12/2017				
										Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	568	12.956	213.183	226.707	560	5.660	217.344	223.564
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(84)	(432)	(516)		(92)	(516)	(608)
Total											568	12.872	212.751	226.191	560	5.568	216.828	222.956

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2017	Pagamentos	Juros provisionados	Transf. ferência	Amortização do custo de transação	Varição monetária	Valor líquido em 31/12/2018
	Circulante						
Principal	5.660	(5.863)	12.827		332	12.956	
Juros	560	(16.228)	16.115	(84)	121	568	
Custo de transação	(92)				92	(84)	
	6.128	(22.091)	16.115	12.743	92	453	13.440
Não circulante							
Principal	217.344		(12.827)		8.666	213.183	
Custo de transação	(516)		84		-	(432)	
	216.828	-	(12.743)	-	8.666	212.751	
13.3 Vencimento das parcelas							
Circulante							
2019							13.440
							13.440
Não circulante							
2020							15.235
2021							16.420
2022							21.139
2023							21.146
2024							21.154
2025 até 2030							117.657
							212.751
Total							226.191

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2018				31/12/2017				
									Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	
Moeda nacional																	
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio, Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	3.946	30.494	543.795	578.235	2.036	29.500	555.586	587.122
(-) BNDES - Custos de Transação			(739)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(270)	(2.547)	(2.817)		(281)	(2.817)	(3.098)
Total										3.946	30.224	541.248	575.418	2.036	29.219	552.769	584.024

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2017	Pagamentos	Juros provisionados	Transf. ferência	Amortização do custo de transação	Varição monetária	Valor líquido em 31/12/2018
	Circulante						
Principal	29.500	(14.792)	15.583		203	30.494	
Juros	2.036	(43.607)	45.491		26	3.946	
Custo de Transação	(281)			(270)	281	(270)	
	31.255	(58.399)	45.491	15.313	281	229	34.170
Não circulante							
Principal	555.586		(15.583)		3.792	543.795	
Custo de Transação	(2.817)		270		-	(2.547)	
	552.769	-	(15.313)	-	3.792	541.248	
14.3 Vencimento das parcelas							
Circulante							
2019							34.170
							34.170
Não circulante							
2020							30.235
2021							30.247
2022							30.259
2023 até 2027							151.491
2028 até 2032							151.844
2033 até 2037							147.172
							541.248
Total							575.418

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2017	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2018
	Circulante					
Uso do bem público	864	(1)	12	(905)	923	893
	864	(1)	12	(905)	923	893
Não circulante						
Uso do bem público	10.588	174	1.058	-	(923)	10.897
	10.588	174	1.058	-	(923)	10.897

16 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1			15.803	4.296
Licenças ambientais	16.2	16.096	18.094	4.631	5.620
Total		16.096	18.094	20.434	9.916

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do Intangível

	31/12/			
--	--------	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Patrimônio líquido
17.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Acionista				
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2018	2017	2018	2017
Suprimento de energia elétrica	18.1	1.218.012	1.073.036	170.028	147.567
Energia de curto prazo		44.425	2.059	8.203	3.940
Receita operacional bruta		1.262.437	1.075.095	178.231	151.507
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(16.486)	(14.014)
P&D				(1.445)	(1.292)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos					
Hídricos - CFURH				(4.893)	(4.270)
Outros encargos				(561)	(582)
				(23.385)	(20.158)
Receitas		1.262.437	1.075.095	154.846	131.349

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, das operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia detinha em 2018.

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2018			2017						
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	41.490				41.490					9.771
Encargos de uso da rede elétrica		15.643				15.643					16.470
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.2		3.535	435		3.970	3.764	317			4.081
Material			477	29		506	623	7			630
Serviços de terceiros	19.3		3.469	1.949		5.418	3.710	2.381			6.091
Depreciação			43.688	43		43.731	43.426	25			43.451
Amortização			1.819	19		1.838	574	20			594
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.4				(5.032)	(5.032)			202		202
Aluguéis e arrendamentos				143		143	12	188			200
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(8)	(8)			115		115
Outras	19.4	91	2.132	373	(8.325)	(5.729)	93	2.096	932		3.121
Total		57.224	55.120	2.991	(13.365)	101.970	26.334	54.205	3.870	317	84.726

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2018	2017
Contratos de compra de energia por quantidade		30.372	34.129
Energia de curto prazo	19.1.1	55.288	22.723
Outros		1.897	1.880
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(41.856)	(47.965)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(4.211)	(996)
Total		41.490	9.771

19.1.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do aumento do fator GSF.

19.2 Pessoal e Administradores

	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	2.482	2.135
Encargos	820	821
Previdência privada - Corrente	32	10
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	74	73
Despesas rescisórias	23	177
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	222	10
Outros benefícios - Corrente	317	434
	3.970	3.660
Administradores		
Honorários e encargos		419
Benefícios dos administradores		2
	-	421
	3.970	4.081

19.3 Serviços de terceiros

	2018	2017
Serviços de consultoria	1.214	1.477
Serviços de manutenção	2.092	2.454
Serviços de limpeza e vigilância	391	368
Serviços de informática	710	879
Serviços de transporte	453	347
Outros	558	566
	5.418	6.091

19.4 Outras

As rubricas incluem a recuperação de gastos ocorridos no exercício de 2015 relativos aos pagamentos realizados para cumprimento do TAC (Nota 9.3) e provisões para contingências cíveis (Nota 16.1.1).

20 Resultado financeiro

	Nota	2018	2017
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		4.795	1.396
Energia vendida		1.755	209
Depósitos judiciais	8	521	
Juros e multa sobre tributos	5	116	187
Outros juros e variações monetárias			185
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(387)	(121)
Outras receitas financeiras		34	3
		6.834	1.859
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	14.2	(49.793)	(57.056)
Debêntures	13.2	(25.326)	(21.807)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1	(926)	(621)
Uso do bem público	15	(1.070)	(750)
Outros juros e variações monetárias	16.2	(1.723)	
Ajustes a valor presente		(653)	(1.251)
Outras despesas financeiras		(652)	(631)
		(80.143)	(82.116)
Total		(73.309)	(80.257)

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2018	2017
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(20.433)	(33.634)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	6.947	11.436
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(44)	(201)
Outras	28	(25)
Resultado de IRPJ e CSLL	6.931	11.210
Alíquota Efetiva	33,92%	33,33%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(13.502)	(22.424)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	627.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01855)	(0,03576)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substancializadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa		3				
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	48.128	37.647	48.128	37.647
			48.128	37.647	48.128	37.647
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa		3				
Bancos conta movimento		Nível 2	11.259	2.781	11.259	2.781
Concessionárias		4 Nível 2	49.729	38.001	49.729	38.001
Cauções e depósitos vinculados		8 Nível 2	28.295	26.647	28.295	26.647
Outros créditos - Partes relacionadas		7 Nível 2	259	259	259	259
			89.542	67.429	89.542	67.429
			137.670	105.076	137.670	105.076
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		12 Nível 2	20.318	10.144	20.318	10.144
Debêntures		13 Nível 2	250.042	178.906	226.191	222.956
Uso do bem público		15 Nível 2	9.893	10.172	11.790	11.452
Empréstimos e financiamentos		14				
Moeda nacional		Nível 2	575.418	584.024	575.418	584.024
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		7 Nível 2	222	22	222	22
			855.893	783.268	833.939	828.598

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo,

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.729			2.729	682	1.364	(682)	(1.364)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.780	6.038		7.818	1.954	3.909	(1.954)	(3.909)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.509	6.038		10.547	2.636	5.273	(2.636)	(5.273)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(43.047)	(151.287)	(228.582)	(422.916)	(53.061)	(137.309)	53.061	137.309
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(43.047)	(151.287)	(228.582)	(422.916)	(53.061)	(137.309)	53.061	137.309
Debêntures	IPCA	(15.922)	(46.946)	(21.415)	(84.283)	(5.013)	(10.027)	5.013	10.027
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(15.922)	(46.946)	(21.415)	(84.283)	(5.013)	(10.027)	5.013	10.027

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,4% e 8,6% a.a.; TJLP entre 6,5% e 7,0% a.a.; e IPCA entre 3,3% e 4,5% a.a..

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 13 e 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2018					31/12/2017
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
	Total					
Fornecedores	9.317	6.624	4.377			20.318
Debêntures	1.120	2.240	10.080	73.940	138.811	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.848	5.696	25.626	121.039	420.209	575.418
Uso do bem público	76	150	667	3.053	7.844	11.790
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				222		222
	13.361	14.710	40.750	198.254	566.864	833.939
						828.598

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 13 e 14. Até 31 de dezembro de 2018, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 25.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

23.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$83.

23.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com o *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.5 Risco regulatório

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e debêntures	801.609	806.980
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(59.387)	(40.428)
(-) Cauções	(28.295)	(26.647)
Dívida líquida	713.927	739.905
Total do Patrimônio Líquido	629.470	642.972
Total do capital	1.343.397	1.382.877
Índice de alavancagem financeira - %	53,14%	53,50%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Presidente	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Conselheiro
Yujun Liu Conselheiro	Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa Conselheiro	Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Operacional e Técnico
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O "S"AP
---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	2018		Saldo em 31/12/2018
				Efeito não caixa		
				Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções e depósitos vinculados	8	26.647	(249)		1.897	28.295
		26.647	(249)		1.897	28.295
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	806.980	(80.490)		13.140	61.979
		806.980	(80.490)		13.140	61.979
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		780.333	(80.241)		11.243	61.979
						773.314

	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	2017		Saldo em 31/12/2017
			Efeito não caixa		
			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	-	26.212		435	26.647
		26.212		435	26.647
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	801.672	27.444		12.766	(34.902)
Capital social	627.601			100.999	728.600
	1.429.273	27.444		12.766	66.097
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	1.429.273	1.232		12.331	1.508.933

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo

	2018	2017
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	360	528
Provisão para contingências no imobilizado e intangível		426
Aumento de capital com capitalização de mútuos		100.999
Total		360

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2018				Total geral	31/12/2017
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024		
Responsabilidades com locações operacionais	38	37			75	1.373
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.763	9.266	8.788	6.753	29.570	110.898
Materiais e serviços	19.053	5.461	1.395	1.307	27.216	96.249
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	58.832	98.700	74.562	148.289	380.383	404.712
	82.686	113.464	84.745	156.349	437.244	613.232

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2018				Total geral	31/12/2017
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024		
Responsabilidades com locações operacionais	38	38			76	966
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.763	9.527	9.527	7.556	31.373	134.110
Materiais e serviços	19.053	5.563	1.450	5.152	31.218	77.152
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	59.900	109.279	94.487	264.000	527.666	570.232
	83.754	124.407	105.464	276.708	590.333	782.460

25.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(i) Fiança Bancária; (ii) Penhor de Ações;	804.930	810.686
Outros	(iii) Fiança Corporativa; e (iv) Depósito Cauçionado Recebíveis	1.384	1.482
		806.314	812.168

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com cobert